

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
COORDENADORIA DE AUDITORIA OPERACIONAL
ANEXO I

Métrica/Matriz de Fiscalização da Transparência Pública

(Referência mínima: métrica da ENCCLA)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias, Órgãos e Poderes do Estado



IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA									
Data da avaliação	04/11/2020				RESULTADO FINAL				
Unidade Jurisdicionada	Prefeitura Municipal de Divina Pastora				NÍVEL		%	NOTA DA AVALIAÇÃO	
Responsável (Gestor)	Sylvio Maurício Mendonça Cardoso				ELEVADO	94%	9,4		
Nº de habitantes (Contagem da população IBGE)	5.215 habitantes (População Estimada 2020)								
Site da unidade jurisdicionada	www.divinapastora.se.gov.br								
Período auditado	01 de Outubro de 2019 a 30 de Setembro de 2020								
TRANSPARÊNCIA ATIVA									
PONTO AVALIADO	FUNDAMENTO	RESPOSTA (sim ou não)	OBSERVAÇÕES	PONTUAÇÃO MÁXIMA			RESULTADO DA AVALIAÇÃO		
				Índice da Transparência	%	Pontos	PONTOS AVALIAÇÃO	%	NOTA AVALIAÇÃO
1. SÍTIIO OFICIAL				2	2%	0,2	2	2%	0,2
1.1 A unidade jurisdicionada possui informações sobre Transparência na internet?	Art. 48, §1º, II da LC 101/00; Art. 8º, caput §2º, da Lei 12.527/11	SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
1.2 O Site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão?	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/11.	SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL				7	7%	0,7	7	7%	0,7
2.1 Apresenta informações sobre (de cada secretaria, órgão ou unidade descentralizada):									
2.1.1 Estrutura organizacional?	Art. 8º, §1º, I, Lei 12.527/11 c/c Art. 48, caput, §1º, II, da LC 101/00.	SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2.1.2 Registro de competências?		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2.1.3 Identificação dos dirigentes das unidades?		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2.1.4 Endereço, telefone e horário de atendimento das unidades?		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2.1.5 Publica, de forma clara e nominal, a Legislação do Ente/Poder/Órgão (Lei Orgânica - Município (PM) Regimento (Câmara Municipal), Regimento (Poderes do Estado), Lei da Estrutura Administrativa, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA). No caso da Administração Indireta, devem publicar Lei de Criação/Autorização, Estatuto ou Regimento e Lei de Estrutura Administrativa.		SIM		3	3%	0,3	3	3%	0,3
3. RECEITA				10	10%	1	10	10%	1
3.1 Há informações sobre a receita nos últimos 12 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado, permitindo a consulta dos valores mensais e acumulados. No caso das Câmaras Municipais, Secretarias de Estado e unidades similares devem apresentar notas explicativas contendo os repasses do Tesouro.	Art. 48-A, II, da LC 101/00; art. 7º, II, do Decreto 7.185/10.	SIM		10	10%	1	10	10%	1
4. DESPESA				17	17%	1,7	12	12%	1,2
4.1 As despesas apresentam dados dos últimos 12 meses, contendo:	Art. 7º, I, alíneas "a" e "d", do Decreto nº 7.185/2010; Art. 48-A,I, da LC 101/00.								
4.1.1 Valor do empenho		SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
4.1.2 Valor da liquidação		SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
4.1.3 Valor do Pagamento		SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
4.1.4 Favorecido		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
4.2 Há divulgação em tempo real da Ordem Cronológica de pagamentos organizada por: Fonte de Recurso, Nº e data da NE, nome do credor, valor da liquidação e NF, vencimento e data do pagamento?	Art. 5º da Lei 8666/93.	SIM		3	3%	0,3	3	3%	0,3
4.3 Há divulgação de Diárias e passagens por nome de favorecido, constando data, destino, cargo, valores e motivo da viagem?	Resolução TCE 297 de 11/08/2016 e Art. 8º, §1º, III, da Lei 12.527/11	NÃO	Pgtº de diárias interestaduais sem bilhetes de passagem correspondentes ou informação de como ocorreu o deslocamento	5	5%	0,5	0	0%	0
4.4 Há registro dos repasses ou transferências de recursos financeiros, tais como, convênios, termos de parceria, colaboração, entre outros instrumentos? Notas explicativas devem esclarecer detalhes.	Art. 8º, §1º, II, da Lei nº 12.527/2011.	SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
5. LICITAÇÕES E CONTRATOS				15	15%	1,5	15	15%	1,5
5.1 O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 12 meses?	Art. 8º, §1º, IV, da Lei 12.527/2011 e Art. 7º, I, alínea "e", do Decreto nº 7.185/2010).					0	0		0
5.1.1 Modalidade		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
5.1.2 Data		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
5.1.3 Valor		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
5.1.4 Número/ano do edital		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
5.1.5 Objeto		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
5.1.6 Integra dos editais de licitação		SIM		3	3%	0,3	3	3%	0,3
5.1.7 Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)		SIM		3	3%	0,3	3	3%	0,3

5.1.8 Contratos na íntegra		SIM		3	3%	0,3	3	3%	0,3
5.2 Apresenta relação das inexistências		SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
6. RELATÓRIOS				10	10%	1	10	10%	1
6.1 O site apresenta:		Art. 48, caput, da LC 101/00.							
6.1.1 As prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior?			SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
6.1.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 12 meses?			SIM	3	3%	0,3	3	3%	0,3
6.1.3 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 12 meses?			SIM	3	3%	0,3	3	3%	0,3
6.2 O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?		(Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/11)	SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
7. RECURSOS HUMANOS				14	14%	1,4	14	14%	1,4
7.1 Apresenta a estrutura de cargos, informando o número de cargos efetivos e comissionados, preenchidos e vagos?		Art. 48, § 1º, II, da LC 101/00, arts. 3º, I, II, III, IV e V e Art. 8º, caput, § 1º, II e III da Lei nº 12.527/2011, c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e da moralidade) e 39, § 6º da CF/88. Art. 7º, §3º, VI, do Decreto 7.724/2012 e Decisão STF RE com Agravo ARE 652777 (folha de pagamento).	SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
7.2 Divulga quadro remuneratório dos cargos efetivos, comissionados e eletivos, composto por todos os vencimentos básicos e/ou subsídios?			SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
7.3 Divulga folha de pagamento contendo servidores efetivos, ativos, detentores de cargos comissionados e funções de confiança, contratados e, quando for o caso, dos inativos, com indicação das datas de admissão, inativação e exoneração, com a denominação dos respectivos cargos, empregos e/ou funções, da carga horária semanal e da lotação? Obs.: É vedada a divulgação de descontos pessoais como empréstimos, pensões alimentícias e nomenclaturas similares quando da disponibilização da remuneração dos servidores (folha de pagamento).			SIM	10	10%	1	10	10%	1
TRANSPARÊNCIA PASSIVA									
8. SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO/PESSOA JURÍDICA - SIC				8	8%	0,8	8	8%	0,8
8.1 Funcionamento de SIC físico/presencial?		Art. 9º, I, da Lei 12.527/11 c/c os arts. 9º e 10 do Decreto n. 7.724/2012	SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.2 Há indicação do órgão?			SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.3 Há indicação de endereço?			SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.4 Há indicação de telefone?			SIM	1	1%	0,1	1	1%	0,1
8.5 Há indicação dos horários de funcionamento?			SIM	1	1%	0,1	1	1%	0,1
9. SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO/PESSOA JURÍDICA e-SIC				10	10%	1	9	9%	0,9
9.1 Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?		Art.10º, §2º, da Lei 12.527/11 c/c com o arts. 9º, III, e 10, §2º e 11 do Decreto 7.724/2012	SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.2 Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?		Art. 9º, I, alínea "b" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011.	SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.3 A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?		Art.10º, §1º, da Lei 12.527/11.	SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.4 Proporciona a notificação via e-mail e/ou outro canal acerca da tramitação e da resposta à solicitação?		Art. 9º, I, alínea "b" e "c" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011.	SIM	1	1%	0,1	1	1%	0,1
9.5 Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?		Art. 30, III, da Lei 12.527/11.	SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.6 O Ente/Poder/Órgão dispõe de ouvidoria?			NÃO	1	1%	0,1	0	0%	0
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA									
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA				7	7%	0,7	7	7%	0,7
10. Há resposta a perguntas frequentes?		Art. 8º, §1º, VI, da Lei nº 12.527/2011.	SIM	1	1%	0,1	1	1%	0,1
11. Há mecanismo no site que garanta expressamente a segurança do sítio oficial (https)?		Art. 8º da Lei nº 12.527/2011.	SIM	1	1%	0,1	1	1%	0,1
12. Há informação sobre a data e a hora da última atualização de dados, a fim de atestar a atualização em tempo real das informações no site?		Art. 48, II, da Lei 101/00 c/c Art. 8º, §3º, VI, da Lei nº 12.527/2011.	SIM	1	1%	0,1	1	1%	0,1
13. Há informação sobre a quitação da folha de pagamento mensal, a partir do exercício financeiro de 2018, com dados referentes a unidade gestora, data e valores líquidos (conforme modelo indicado na Orientação Técnica).		Princípio da transparência	SIM	2	2%	0,2	2	2%	0,2
14. Permite a acessibilidade de conteúdo para pessoas portadoras de necessidades especiais tais como aumento da fonte e contraste?		Art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011.	SIM	1	1%	0,1	1	1%	0,1
15. Existe plataforma de acesso ao diário oficial do Ente (município ou Estado) ou diário eletrônico do Poder/Órgão?		Princípio da transparência	SIM	1	1%	0,1	1	1%	0,1
TOTAL				100	100%	10	94	94%	9,4
*Observação: No caso de critérios com mais de um item, somente será pontuado se todos os itens estiverem disponibilizados no portal da Transparência da unidade.									
Equipe de avaliação		Ademar Ribeiro Oliveira Filho, Aline dos Santos Lima, Edenildes Santana Silva e Vanessa Reis Seixas Resende							
Coordenador de Auditoria Operacional		Gidel Matos Braz							
Diretora de Controle Externo de Obras e Serviços		Ana Stella Barreto Rollemberg Porto							